

**não às eleições
sim à revolução socialista**

MANIFESTO



PRP

Brigadas Revolucionárias

MANIFESTO SÓ A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NÃO AS ELEIÇÕES



A reacção atacou. O capitalismo, sentindo que o avanço do movimento revolucionário acabaria por conquistar este país para os trabalhadores, fez um golpe de força.

O RAL 1 foi bombardeado e cercado por paraquedistas. Isso aconteceu porque o RAL 1 é uma unidade que todos sabem estar indubitavelmente ao lado dos trabalhadores. Mas os soldados paraquedistas que cercavam o RAL 1 depressa descobriram que estavam enganados.

Hoje o confronto com a reacção é muito sério. Hoje a reacção tem que ser realmente vencida e desmantelada.

Só os trabalhadores armados ao lado dos soldados e oficiais fiéis à revolução poderão salvar o país do fascismo e implantar o socialismo. Acabemos com a "democracia" que permite C. D. S., P. D. C. e outros organizarem-se. Instauremos o Socialismo. Os Trabalhadores ao Poder!

**MORTE AO FASCISMO!
REVOLUÇÃO SOCIALISTA!**

11 de Março de 1975

INSTABILIDADE DO PODER POLÍTICO

Aproximam-se os dias de confronto decisivo entre a burguesia e o proletariado, o que para o PRP — BR tem um nome e uma face — insurreição.

Nas fábricas, nos campos, nas ruas, a todo o momento se põe em causa o poder da burguesia. E a todo o momento a violência se põe, como meio a empregar de um e outro lado — para uns a violência como meio necessário para a conquista do poder para o proletariado, para outros a violência como meio de opressão para manter o poder económico nas mãos da burguesia e consolidar e endurecer o poder político. Porque se vive uma situação de profunda instabilidade do poder político em Portugal, instabilidade que vem desde há muito, mas que se agravou extremamente nos últimos tempos.

Dada a situação de instabilidade, a crise económica, a força e a combatividade das classes trabalhadoras e dos militantes revolucionários a burguesia revela-se incapaz de, nestas condições, realizar os seus interesses de classe.

Como consequência desta situação de instabilidade do poder político assistimos a cisões e ao desfazer de partidos, à constituição apressada de novos partidos para intervenção específica no campo eleitoral, à degradação das relações entre os partidos da coligação governamental, a uma progressiva clarificação de linhas e redefinição de posições no terreno das formações político-partidárias.

O receio de perder o poder ou as ambições de o adquirir, por parte de várias organizações políticas traduziram-se em numerosas manobras partidárias de que alguns comícios e manifestações levadas a cabo ou tentados, a propósito da questão sindical, foram disso uma expressão clara.

O problema sindical foi apenas o detonador que fez deflagrar a crise há muito latente entre os partidos da coligação governamental. Daí para cá foi a escalada das grandes acusações recíprocas, foram as manobras e as contra-manobras. Nesta "crise" entre os partidos da coligação governamental, o PCP destacou-se, como habitualmente, pelo seu desenfreado sectarismo e por grande capacidade de manobra, recorrendo frequentemente aos seus peões do xadrez político, MDP—CDE, MES e Intersindical.

Por outro lado, o PPD e o PS quando combatem o PC fazem-no, não porque repudiam a ditadura de um grupo (se fosse a ditadura da fracção ou fracções de classe da burguesia que representam aceitá-la-iam), mas pelo feroz anti-comunismo de que são instrumento. As liberdades e os direitos a que estes partidos burgueses se referem constantemente são as liberdades e os direitos dos capitalistas continuarem a explorar e a oprimir os trabalhadores.

A grandiosa manifestação do 7 de Fevereiro, manifestação anti-capitalista e anti-imperialista, saldou-se por uma grande vitória das classes trabalhadoras e dos militantes revolucionários face à burguesia e ao reformismo. Por diversas formas tentou este impedir a manifestação autónoma dos trabalhadores: desde as calúnias infames até à proibição

emanada do Governador Civil de Lisboa. Mas a determinação dos trabalhadores manteve-se e a manifestação foi para a frente.

A disciplina proletária dos manifestantes, a ausência de repressão por parte das forças militares ou para-militares, a solidariedade entre trabalhadores e militares verificada são indício de que um novo poder se está forjando, de que uma alternativa revolucionária pode e deve constituir-se desde já.

Ficará na história da revolução portuguesa a realidade que foi a presença de trabalhadores, revolucionários e soldados irmanados no mesmo protesto anti-capitalista e anti-reformista, realizando na prática a expressão concreta da conjugação necessária entre essas três forças hoje indissolúveis: — trabalhadores, organizações revolucionárias, soldados e oficiais revolucionários. Mas, com a existência de vários poderes que nalguns casos se anulam, com um governo que não é governo estamos perante uma situação de impasse político, que não pode manter-se por muito tempo. Como esta situação de impasse político não serve à burguesia esta reorganiza-se e dispõe-se a dar o golpe (militar ou constitucional). Se as classes trabalhadoras, as organizações revolucionárias, os soldados e marinheiros e os oficiais revolucionários não organizam e conjugam esforços rapidamente, o perigo do regresso ao fascismo é muito sério.

CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

A instabilidade do poder político está intimamente ligada à profunda crise económica do sistema capitalista em Portugal, crise esta que, por sua vez, se insere na crise geral do sistema capitalista à escala mundial.

Como antes do 25 de Abril, continuamos a afirmar (e torna-se cada vez mais visível) que a crise económica, política e social que o capitalismo atravessa em Portugal é de tal ordem que não há qualquer possibilidade de estabilização de uma democracia burguesa em Portugal. Uma saída social-democrática não é possível, porque este país é quase totalmente dependente e sem recursos actuais.

A crise que o capitalismo atravessava antes do 25 de Abril, longe de ser superada agravou-se. E isto apesar de (e até contra) as intenções de muitos dos autores do 25 de Abril, que eram de salvação e reforma do capitalismo.

O encerramento ou a diminuição de actividade em numerosas empresas acelerou-se nos últimos meses, tendo como resultado o despedimento de muitos milhares de trabalhadores. Há manobras do imperialismo, há manobras dos capitalistas portugueses habituados a décadas de determinadas formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. Outra coisa não seria de esperar pois vêem-se a perder terreno. Mas não se reduz tudo a manobras, a sabotagem económica como dizem (ou se indignam) alguns, parecendo desconhecer as leis do sistema capitalista, mostrando total ausência de análise perante o normal processo de concentração e centralização do capital. Diminuiu a capacidade de investimento, porque investidores nacionais e estrangeiros não consideram a situação favorável e receiam vir a perder os seus lucros e capitais. Pelo mesmo motivo há grande

fuga de capitais para o estrangeiro, pelo mesmo motivo falta o crédito às empresas. O capital foge para onde dá frutos — esta é a lei em sociedade capitalista.

A produção interna de bens alimentares é cada vez mais insuficiente para fazer face às necessidades da população, tendo de se recorrer a importações que nos custam milhões de contos.

Agrava-se fortemente o déficit da balança de pagamentos, originado, sobretudo, pelo aumento da importação de produtos alimentares, pela dificuldade de colocação no mercado mundial de certos produtos portugueses, pela diminuição das receitas do turismo.

Com o acabar da exploração colonial o custo de vida vai-se agravar, como já reflectem alguns preços, de que o do açúcar é o exemplo mais flagrante. Acabam as fontes de matéria prima barata e acabam os compradores obrigatórios das colónias (fossem de que qualidade fossem os produtos portugueses). As consequências da descolonização a nível económico têm que reflectir-se sobre o custo de vida em Portugal e isto só pode ser compreendido com um profundo esclarecimento que se dê simultaneamente com uma nova forma de produção em Portugal — a socialista. Se assim não for, este aumento do custo de vida pode ser campo de manobra de propaganda por parte das forças reaccionárias.

Mas a inflação galopante, com o conseqüente agravamento do custo de vida, foi e continua a ser importante factor de mobilização das classes trabalhadoras para as lutas reivindicativas. Com os preços actualmente praticados no mercado, o salário mínimo nacional é uma ofensa à dignidade do trabalhador.

E neste contexto geral (económico, político e social), com centenas de milhares de desempregados (despedimentos, desmobilizados, retornados das colónias e do estrangeiro e os que andam à procura de emprego pela primeira vez), com as péssimas condições de habitação e saúde em que vivem milhares de famílias, que se enquadram as lutas dos trabalhadores. Lutas que assumem formas progressivamente violentas: — greves, manifestações, ocupação de fábricas, de casas e de terras.

É neste contexto que se pode compreender o aparecimento do chamado Plano de Transição, que mais não é do que uma tentativa de salvar o sistema capitalista introduzindo-lhe reformas. Pela análise do "Plano" fica-se claramente com a ideia de que o que se pretende com ele é que os trabalhadores trabalhem mais e melhor para a "reconstrução nacional", entenda-se, para a reconstrução do capitalismo em Portugal. E depois dizem tratar-se de um plano "socializante"!

Mas estas manobras cada vez menos enganam as classes trabalhadoras.

A medida que se agravam cada vez mais as contradições entre burguesia e proletariado, entre as diversas fracções da burguesia, vão aparecendo tentativas cada vez mais desesperadas para salvar o capitalismo.

Entre estas, o reformismo é, como sempre foi ao longo da história do movimento operário uma forma de salvação do sistema, organizada no seio da classe operária pela pequena burguesia.

A grande manifestação operária e revolucionária de 7 de Fevereiro, levada a cabo contra as calúnias e manobras de toda a espécie veio deitar por terra muitas das esperanças da burguesia e seus agentes. Ela foi já o prenúncio da construção de um novo poder, do poder que há-de derrubar a burguesia e construir o socialismo.

OS PARTIDOS POLÍTICOS

Interessa aqui apenas analisar aqueles partidos ou correntes da actual cena política portuguesa, que possam vir a ter influência no evoluir da situação presente.

Surgido depois do 25 de Abril, e situando-se à direita dos partidos da coligação governamental o CDS é já um importante partido fascista, mascarado de democrata.

Dispondo de importantes recursos financeiros e de ligações aos meios mais reaccionários, este partido abriga no seu seio muitos dos comprometidos com o regime anterior. Basta ver quem são os seus membros, onde estavam antes do 25 de Abril e as declarações que então faziam. Basta ver as personalidades nacionais e estrangeiras convidadas para o seu congresso abortado.

Ao fazerem encerrar o congresso do CDS no Porto, as massas populares deram uma importante lição a esses fascistas e também a certos partidos, que ainda andam em dúvidas se o CDS é fascista ou democrata e preferem atacar aqueles a quem chamam esquerdistas.

No que respeita ao PPD, podemos considerá-lo como o representante de uma social-democracia tecnocrática, como o partido da grande burguesia financeira, onde podemos encontrar os mais lúcidos representantes dessa burguesia que, dentro do sistema capitalista, procuram encontrar uma saída para a sua classe. Intimamente ligados a Spínola, ainda não está bem claro qual o papel que desempenharam no 28 de Setembro.

Actualmente, para fazer chantagem sobre o MFA, sobre o PC e sobre outras forças políticas ou talvez, para justificar um possível golpe da direita, já há dirigentes do PPD, concretamente o seu secretário geral, que falam de ruptura, que afirmam, que a continuar o processo actual, as eleições e a constituição já não adiantam, pois, quando lá se chegasse, os principais lugares estariam ocupados por homens de esquerda.

Uma coisa é certa: se se chegar às "eleições" é muito possível que o PPD consiga uma margem de votos que lhes permita (mesmo com algumas alianças) dar um golpe de Estado constitucional (obtendo a maioria dos lugares na nova assembleia constituinte) e, no caso de ser impedido de governar por outros poderes existentes, justificar, assim, um golpe militar.

Quanto ao PS, é o representante em Portugal da social democracia tradicional, dos sociais-traidores — como dizia Lênine. É um partido defensor de reformas do sistema capitalista e inimigo irreductível da ditadura do proletariado. Os seus parceiros, por essa Europa fora, têm sido frequentemente cúmplices descarados do imperialismo. Este partido representa em Portugal os interesses de classe da pequena e média burguesias, tendo conseguido penetrar nalguns meios trabalhadores, devido, sobretudo, ao descrédito e sectarismo do PC.

Durante algum tempo conseguiram mascarar perante muita gente o que realmente são. O congresso do PS (com a presença de conhecidos spinolistas e representantes do imperialismo tais como delegados da reacção israelita e do neo-colonialismo do Zaire), as manobras e declara-

ções, a propósito do problema sindical, as tomadas de posição de alguns dos seus principais dirigentes, recolocam na cena política portuguesa o PS no local que realmente lhe compete. Hoje o PS é também em Portugal, um dos sustentáculos da NATO e dos interesses imperialistas.

A classe operária e os militantes revolucionários têm de ver no PS um inimigo perigoso que na actual situação portuguesa poderá ser um aliado importante da reacção.

O PCP, que fora bastante tempo a esperança da classe operária e de muitos militantes revolucionários, por condições objectivas ligadas ao movimento operário mundial, veio a degenerar, também ele, num partido social-democrata. Nos últimos anos veio a revelar-se como um partido legalista e eleitoralista, subordinando-se a interesses alheios aos da revolução proletária em Portugal. Hoje, juntamente com o PS, embora com diferenças orgânicas e referências diferentes, constituem uma corrente que continua em Portugal a dos renegados Bernstein e Kautsky, com os quais os revolucionários tiveram que romper noutras épocas da história do movimento operário.

Hoje como ontem não há que temer as rupturas e os cortes. Desde as primeiras formas de organização resultantes da tomada de consciência por parte do proletariado, que as rupturas têm sido a regra na ultrapassagem dos erros e da degenerescência. Os partidos comunistas nasceram dum cisão dentro dos partidos sociais-democratas, como hoje há organizações revolucionárias que se formam por uma ruptura com os partidos comunistas tradicionais.

Depois do 25 de Abril, a forma de actuação, a prática dos reformistas-revisionistas têm-se transformado objectivamente numa traição ao proletariado. O reformismo-revisionismo que já há muito o era e, portanto, abandonara a via revolucionária, veio agora mostrar a muito mais amplas massas e às suas próprias bases que muitos dos que foram revolucionários à 40 anos já o não são em 1975. E que, por muito que isto pese, muitos que sofreram ao longo desses anos, neste momento não se batem pelo comunismo, e já nem sequer estão ao lado dos revolucionários, mas a maior parte das vezes contra eles, contra a revolução e contra a luta dos trabalhadores.

Os reformistas-revisionistas, acedendo ao poder político nesta fase, colocaram-se numa situação em que nem sequer reformistas conseguem ser, pois que o facto de partilharem o governo os impede de estarem ao lado dos trabalhadores batendo-se pela conquista de reformas e regalias económicas. Reformas e regalias que reivindicariam a quem? A si próprios? A si próprios, governo, paralizado pela situação económica e incapaz de dar qualquer passo dentro do sistema. Esta é a situação que aqui em Portugal conduz o reformismo a um impasse excelente para demonstrar as suas contradições! Neste momento e neste país, o reformismo não tem oportunidade de enganar, mas sim de se desmascarar.

É assim que sucessivamente em cada empresa, em cada caso concreto, o reformismo-revisionismo se tem expressado contra as lutas. Para ele a liberdade tem sido usada para refrear, em vez de servir para organizar e lutar. As greves da TAP, dos CTT, da Lisnave, das fábricas de electrónica, as greves em geral, e agora as ocupações das casas e as expropriações dos campos foram e são combatidas e caluniadas por todos os meios ao dispor da direcção dum partido com grandes disponibilidades financeiras e que por isso pode ter na mão jornais diários, programas de rádio e um aparelho de funcionários. Mas as manobras e as calúnias encontram cada vez menos eco nos militantes de base que na prática foram muitas vezes revolucionários e com os quais estamos dispostos a estar lado a lado.

Outras organizações, sem história partidária e sem alternativa revolucionária têm ido a reboque do reformismo-revisionismo, no triste espectáculo que dão sempre as posições oportunistas (MDP-CDE, MES e outros que a isso se tentam candidatar).

Mas é certo também que algumas organizações existentes que se reclamam do maoísmo transformaram aquilo a que chamam "marxismo-leninismo" em cartilha de algibeira, desconhecem cegamente a realidade concreta económica, social e política (fá-lo aqui ou noutra polo da terra da mesma maneira), tomam como inimigo principal o reformismo-revisionismo, jogam a fundo na estabilidade da democracia burguesa empenham-se no jogo eleitoral, tonando-se também objectivamente, contra-revolucionárias.

Outras negam a realidade concreta revolucionária porque entendem não estar criado o partido comunista revolucionário e empregam todos os esforços na criação desse partido pondo de lado, a análise e a intervenção na situação concreta.

Auto-proclamando-se vanguarda da classe operária, ou considerando-se seus donos, muitos desses grupos tentam manobrar no sentido de travar o processo revolucionário até que eles construam (ou reconstruam) o tal "grande partido da classe": esse tal partido, que lhes permitiria controlar a classe, à imagem e semelhança daquilo que foi e é pretendido pelo PC.

Por certo, quando se der a revolução socialista estas organizações ainda não-de estar à espera de construir o tal "grande partido" (o bom) e, no decurso do processo revolucionário, muitas delas serão varridas, pois a classe operária não precisa de pai e saberá escolher quem é a sua vanguarda.

M.F.A.

Durante décadas que as forças armadas foram um dos principais sustentáculos das classes dominantes e do regime fascista. Este poderoso instrumento de classe da burguesia foi utilizado nas guerras coloniais em África para perpetuar o domínio e a exploração imperialistas sobre Angola, Guiné e Moçambique.

Durante muitos anos as Forças Armadas foram comandadas principalmente por oficiais provindos das classes dominantes, sobretudo da grande burguesia.

Com o desenvolver das guerras em África, com a necessidade de manter dezenas de milhar de homens armados nas colónias, houve a necessidade de alargamento das forças armadas. Por outro lado, os riscos ocorridos tornaram a carreira menos atraente aos elementos da grande burguesia. Assim, com o alargamento dos quadros das Forças Armadas, e a diminuição da presença de elementos da grande burguesia (não interessa lá muito escolher a carreira militar em tempo de guerra), operou-se uma modificação nos quadros jovens das F.A., aumentando a percentagem de elementos provindos da pequena burguesia e das classes trabalhadoras.

A profunda crise económica, política e social que o sistema atravessava em Portugal, com a consciência de que uma vitória militar das Forças Armadas portuguesas em África era impossível e de que estas mesmas

forças apareceriam como o bode expiatório dos desaires do fascismo, foram os factores que levaram ao aparecimento do "Movimento dos capitães", ao M.F.A. e depois à insurreição do 25 de Abril.

Mas as contradições existentes no seio do M.F.A. são enormes. Além disso tem-se tentado confundir MFA com Forças Armadas. E no entanto é muito claro sob ponto de vista duma análise de classes que nas F.A. há representantes de todos os extractos sociais — um general, um soldado,

Temos repetidas vezes afirmado que dentro do M.F.A. havia e há homens reaccionários e homens progressistas. Dentro do MFA havia e há os que fizeram o 25 de Abril numa tentativa desesperada para salvar o capitalismo em Portugal e para acabar com as guerras em África, estabelecendo novas formas de colonialismo. Tratava-se para estes, de resolver os problemas com que a sociedade capitalista se debatia, mas dentro do sistema capitalista e dentro do imperialismo. No MFA, onde há apenas oficiais, a prática tem demonstrado que alguns deles se mantêm fiéis à sua classe, mas outros, pela dinâmica do processo que se seguiu ao 25 de Abril, pela violência da realidade que têm que defrontar, se têm transformado radicalmente. O processo que se tem vivido após o 25 de Abril transformou alguns conservadores em revolucionários e levou oficiais de origem burguesa a optarem pelo proletariado e pela revolução socialista. Mas o reformismo de vários tipos é ainda hoje o refúgio de muitos oficiais ditos progressistas.

Contudo, o 25 de Abril, em vez de resolver os problemas do sistema capitalista em Portugal, acelerou o processo de aprofundamento da crise e muitos dos homens que fizeram o 25 de Abril vieram a tomar consciência das realidades e até a romper com a sua posição de classe.

É assim que o M.F.A. se divide claramente em direita, esquerda e reformismo e apresentá-lo como um bloco é escamotear a verdade.

Para muitos oficiais quer porque sejam revolucionários, quer porque se aperceberam que não há outra saída, já se põe como única opção a Revolução Socialista.

O proletariado, além das organizações revolucionárias, além dos soldados e marinheiros terá de contar desde já com estes oficiais progressistas (e são eles que têm as armas) na sua luta contra a burguesia e a reacção, na sua luta pela Revolução Socialista em Portugal.

NÃO ÀS ELEIÇÕES DA BURGUESIA

Já antes do 25 de Abril afirmávamos (extraíndo daí as consequências práticas) que com eleições burguesas não se resolvem os problemas fundamentais das classes trabalhadoras. Denunciávamos, então, as organizações reformistas, pelo seu legalismo e eleitoralismo, e dizíamos que só pela insurreição armada é possível às classes trabalhadoras conquistarem o poder.

De então para cá houve alterações a nível do poder político, modificou-se a correlação de forças existentes, criaram-se vários poderes, mas o essencial do sistema capitalista permaneceu intacto. Continuaram os capitalistas a serem os detentores dos grandes meios de produção, de troca e de finan-

ciamento (fábricas, latifúndios, supermercados, bancos); continuou a burguesia a explorar e oprimir as classes trabalhadoras.

É na actual situação de profunda crise económica, política e social do capitalismo em Portugal, com centenas de milhar de desempregados, com o preço dos bens mais elementares a crescer vertiginosamente (e consequente agravamento do custo de vida das classes trabalhadoras), com os partidos da coligação governamental a degladiarem-se fortemente entre si, com a direita a reorganizar-se rapidamente, com as lutas dos trabalhadores — greves, ocupações (de fábricas, empresas, terras e casas) e manifestações — que vêm os sectores mais reaccionários e também os sectores reformistas tentar desviar as atenções das classes trabalhadoras do seu terreno real de luta para a disputa eleitoral burguesa.

Mas, enquanto tudo isto se passa, a direita vai fazendo múltiplas tentativas para ganhar terreno e reorganizar-se: tentativa de relançar Galvão de Melo e Spínola, em Portugal e no estrangeiro, congresso abortado do CDS no Porto, rápido lançamento do partido fascista PDC, desafio lançado por Sá Carneiro em Aveiro, utilização da hierarquia eclesiástica e dos sectores católicos mais reaccionários (nos casos de Proença-a-Nova e Rádio Renascença), coligação CDS-PDC, insinuações e ameaças sérias feitas por estes partidos e pelo PPD ao desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal.

As ameaças de imposição dum poder de direita fazem sentir que ele se tentará impor não só por via eleitoral, mas pela via da força, se necessário. Cada vez é mais claro naquilo que dizem e escrevem os arautos da direita, que recorrerão a um golpe de força no caso de não lhes servir a via democrática. E embora tenham por certo que lhes são favoráveis os resultados, sabem também que uma "legislação revolucionária" anterior às eleições os pode inibir e impecilhar no real exercício do poder político. Por outro lado sabem, que dado o avanço do processo revolucionário e o estado de consciência das massas, um poder de direita só se aguentará pela força. Daí que as forças da reacção tenham neste momento dois recursos bem organizados no seu saco — a via eleitoral e a conspiração armada, à sombra do imperialismo. E determinadas forças militarizadas, como a PSP demonstram mais uma vez que são reles e mal pagos servidores da burguesia e é necessário contar com eles do lado da reacção. Os incidentes no comício do PPD em Setúbal vieram demonstrar, por um lado, que as massas populares suportam dificilmente as organizações de direita e o seu jogo eleitoral e por outro que a PSP estava previamente combinada com aquele partido e disposta a matar, tal como matou.

Estes incidentes mostram que o período eleitoral é difícil ou impossível e que seguirão sucessivas transgressões ao teatro montado para umas eleições que nada resolvem, e nas quais jogam partidos de direita e sociais-democratas, embarcando neles até à data tanto reformistas, revisionistas como variadíssimas organizações que dizendo-se revolucionárias, valorizaram as eleições actuais de modo a oferecerem-lhes cinco mil nomes e o melhor do seu esforço.

Só se compreenderá a atitude destas organizações (que se reclamam do anti-reformismo e do anti-revisionismo (e portanto do anti-eleitoralismo) de embarcarem também nas "eleições" se tivermos em conta que muitas delas primam por uma insuficiência ou até ausência de análise concreta da situação concreta em Portugal. Por isso e com pretenciosismo de análises científicas, apostam também na consolidação da democracia burguesa.

Para o pensamento reformista o evoluir da situação está ligado a uma concepção gradualista, que se reflete nos três Planos Económicos de Emergência ou Salvação propostos pelos partidos comunista e socialista e

pelo ministro Melo Antunes e que se baseia na ideia que o socialismo se deve instalar por etapas. Com essas etapas que gradualmente irão instalando reformas no sentido "socializante" pretendem, segundo dizem, consolidar a actual economia e evitar confrontos violentos. Conquista a conquista, "consciencializando" à medida do possível as massas mais atrasadas esperam, segundo dizem, implantar as grandes reformas. Assim julgam surpreender o capitalismo... e enganá-lo. Esta é a teoria dos vários sectores reformistas, civis e militares, muito embora a revistam de formas diversas. E mesmo que, pela impossibilidade da via democrática as medidas "socializantes" tenham que ser impostas pela força, é ainda o reformismo que presidirá à sua aplicação.

Ao contrário desta concepção, pensamos que o gradualismo e as etapas são suicidas. A actual situação de crise económica é resultante do sistema capitalista e agravar-se-á enquanto persistir este sistema em Portugal. Só uma alteração profunda na estrutura económica social e política baseada no sistema socialista permitirá sair da crise e encontrar soluções novas. Pretender como fazem os reformistas que as soluções se vão encontrando por etapas dentro do sistema capitalista é arrastar os problemas e permitir que a direita se vá organizando e criando condições para triunfar. Neste país ou existe capitalismo ou socialismo. Os grandes meios de produção ou são do capital ou são colectivos; pretender que num país se pode viver metade em capitalismo, metade em socialismo é enganar os trabalhadores. E é, na prática, escolher o capitalismo.

Por via eleitoral ou por via militar as soluções graduais e por metade são o terreno óptimo para o agravamento da crise e criam condições para o triunfo da reacção.

ÚNICA SOLUÇÃO — REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Na situação actual há uma única solução a opôr ao fascismo — a Revolução Socialista.

O estado actual da economia portuguesa elimina qualquer hipótese desenvolvimentista ou reformista como tem ficado demonstrado.

A única possibilidade de sair da crise é a socialização dos grandes meios de produção, eliminando interesses privados e sujeitando toda a economia a um planeamento nacional. Mas isso não chega. É necessário que a gestão seja colectiva, ou seja que ao nível da economia haja órgãos de poder dos trabalhadores que sejam a expressão da ditadura do proletariado.

Esta gestão por parte dos trabalhadores, que assim assumem a produção e o desenvolvimento do país, porque sabem que o bem é colectivo, é a única garantia de que este país reduzido a extremas dificuldades possa conseguir o triunfo do sistema socialista.

Porque sabemos que a implantação do socialismo aqui é um empreendimento difícil. Um país com uma agricultura reduzida quase a zero, com uma indústria dependente, com um enorme número de desempregados, só por um grande esforço colectivo conseguirá desenvolver-se, criar riqueza e ser independente. Para tal terá que ser feita uma reconversão da

economia que terá de ser pensada em moldes totalmente diferentes. E se é certo que o boicote e a sabotagem económica da parte do imperialismo existirão (como já existem) também é certo que hoje em dia o chamado Terceiro Mundo, com particular relevo para as ex-colónias portuguesas, constitui uma grande possibilidade de intercâmbio e de relações fraternas. Este é o caminho possível para a independência nacional e a única possibilidade de não acorrentar o país a estratégias estrangeiras, devidas a dependências económicas. Estas circunstâncias internacionais permitem hoje possibilidades de que esteve bem longe a União Soviética em 1917. Ou mesmo Cuba em 1954. Por outro lado a possibilidade de tornar Portugal num país socialista em plena Europa Ocidental é a possibilidade de dar um salto na história é a possibilidade de implantar aqui um socialismo avançado, cuja existência transformará a face do mundo. Porque é certo que, dado o circunstancialismo deste país, um regime socialista aqui terá formas avançadas de poder e libertar-se-á da burocracia técnico-administrativa. A gestão colectiva e a democracia proletária são a verdadeira ditadura do proletariado e são a única possibilidade de sobrevivência.

Mas para que triunfe a revolução neste momento em Portugal é necessário que se conjuguem três polos: AS MASSAS TRABALHADORAS, OS REVOLUCIONÁRIOS, E OS MILITARES REVOLUCIONÁRIOS. Qualquer destes componentes ficará derrotado mais cedo ou mais tarde se estiver sozinho. A vitória será possível se os três estiverem conjugados.

As massas trabalhadoras têm avançado desde o 25 de Abril em formas de luta que mostram a sua maturidade. E as suas formas de organização, autónomas, independentes de partidos, têm sido a garantia de que o movimento operário não vai a reboque de interesses que lhe são alheios. Nas últimas semanas as ocupações de terras e de casas são uma expressão concreta de poder das massas trabalhadoras que assim conquistam, embora dirigidas pela organização dos trabalhadores, não são ainda coordenadas a nível geral. A coordenação a nível geral e nacional das várias comissões de fábrica, de campo, de casas, ainda não existe. Quando a organização autónoma dos trabalhadores existir coordenada estará dando um passo importante na conquista e na tomada do poder. Quanto aos militares revolucionários a sua existência está cada vez mais à vista e em muitas ocupações têm estado ao

lado dos trabalhadores, como estiveram claramente no 7 de Fevereiro. É uma cequeira se os trabalhadores e os revolucionários não quiserem ver que no caminho para a revolução têm que ter ao seu lado os soldados e os oficiais revolucionários. Mas também é certo que no decurso da insurreição o actual exército (FA) terá que se dissolver para que se crie um exército revolucionário. As actuais Forças Armadas têm de tudo — reaccionários e revolucionários — e têm que ser expurgadas de tudo o que não é revolucionário. Por outro lado, os trabalhadores de cada unidade de produção terão que ser armados e organizados na disciplina proletária. Duns e doutros nascerá o exército revolucionário. Sem ele a revolução, a tomada do poder e o socialismo não são possíveis.

Cabe hoje aos revolucionários ser a verdadeira vanguarda, conjugando estas duas componentes — massas trabalhadoras e militares revolucionários. Nesta situação concreta há que escolher quem quer ir à frente da revolução e quem quer ir a reboque. Mas também é certo que da insurreição e das profundas transformações no exército e no seio das massas trabalhadoras nascerá um novo partido revolucionário ou um renascido partido revolucionário, que englobará organizações existentes. E muitos partidos desaparecerão.

TAREFAS IMEDIATAS DO PROLETARIADO

Na hora actual e feita a análise anterior, o PRP-BR dá como tarefas imediatas do proletariado as seguintes:

- 1 — *Consolidação e coordenação das Comissões de Trabalhadores eleitas.*
- 2 — Criação de comissões de trabalhadores políticas eleitas por local de trabalho.
- 3 — Ocupação de terras com expropriação. E criação de cooperativas.
- 4 — Ocupação de casas. Criação de comissões nos prédios ocupados.
- 5 — Desenvolvimento das lutas nas fábricas pela greve e pela ocupação.
- 6 — Organização de comissões de soldados e marinheiros.
- 7 — Organização de trabalhadores em função da defesa armada contra a reacção.
- 8 — Luta contra as eleições, pela propaganda e pelo esclarecimento.
- 9 — Consolidação e alargamento da organização partidária.

CAMARADAS, PROLETÁRIOS DA CIDADE E DOS CAMPOS

CAMARADAS, SOLDADOS E MARINHEIROS

CAMARADAS, MILITANTES REVOLUCIONÁRIOS

A REVOLUÇÃO ESTÁ NA ORDEM DO DIA

Organizemo-nos nos locais de trabalho.

Organizemo-nos nas Forças Armadas

Organizemo-nos para a Revolução Socialista

Viva a Classe Operária!

Viva o Comunismo!

10 de Março de 1975

OBJECTIVOS IMEDIATOS DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Estes são os objectivos revolucionários imediatos por que lutamos:

- 1 — Expropriação dos grandes meios de produção aos seus proprietários — Indústria, Latifúndios, Bancos, Seguros, Comércio Externo e grandes meios de comércio Interno — repensando toda a economia num planeamento socialista de acordo com consulta ampla das comissões de trabalhadores e com execução e controle destas.
- 2 — Dissolução das actuais estruturas legislativas e executivas e substituição por órgãos de poder local e central emanados das comissões de trabalhadores eleitas.
- 3 — Dissolução do exército actual com criação do exército revolucionário (por conjugação dos trabalhadores armados com os soldados e os oficiais revolucionários) cujas bases se criam no decurso do processo da insurreicção.
- 4 — Luta pela independência nacional, na base do não-enfeudamento a qualquer estratégia estrangeira com profunda ligação económica e política aos países do Terceiro Mundo, baseada na independência, na fraternidade e na igualdade.

ÚNICA SOLUÇÃO — REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Comissão Central
do
PRP
Brigadas Revolucionárias